XVI Concurso — 1ª Prova
2ª Etapa
23.10.94

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2a. REGIÃO

XVI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e DIREITO COMERCIAL.

2ª ETAPA

I N S T R U Ç Õ E S

I. Verifique se este caderno de prova contém 50 questões;
II. Assinale somente a alternativa que entender correta;
III. Conforme determinação do E. Tribunal Superior do Trabalho, na Resolução Administrativa nº 73/91, em seu artigo 15 § 2º, as questões terão o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar pelo menos 50 questões nas duas etapas;
IV. Use somente caneta esferográfica azul;
V. O tempo mínimo de permanência na sala é de 1 (uma) hora;
VI. O penúltimo candidato a terminar a prova deve aguardar o último para saírem da sala concomitantemente;
VII. A duração da prova é de 4 (quatro) horas.

B O A P R O V A !

COMISSÃO DO CONCURSO

JUIZ RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente
JUIZ JAMIL ZANTUT
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JÚNIOR - membro da OAB
Suplentes: JUIZ OCTÁVIO PUPO NOGUEIRA FILHO
JUIZ DÉLVIO BUFFULIN
Dr. MILTON BASAGLIA - membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

JUIZ FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente
JUIIZ CARLOS ORLANDO GOMES
Dr. ELI ALVES DA SILVA - membro da OAB
Suplentes: JUIZ AMADOR PAES DE ALMEIDA
JUIZ FLORIANO CORRÊA VAZ DA SILVA
Dr. PAULO DE OLIVEIRA SOARES - membro da OAB

51) Preconiza o art. 130, § 2º, CLT que "O período das férias será computado, para todos os efeitos legais, como tempo de serviço". A empregada recebeu aviso prévio em 20.01.88 e trabalhou durante os 30 dias. Estava grávida e confirmou seu estado gravídico no 20º dia do aviso prévio, dando à luz em 05.06.88. Por ocasião do acerto de conta em 20.02.88, a empresa somente efetuou o pagamento do salário do período de aviso prévio e indenizou o último período de férias que já estava vencido. A empregada ajuizou ação para cobrar demais consectários em 10.03.90. A empresa arguiu a prescrição. Indicar a alternativa correta.
a) A prescrição não se consumou. A ação fora ajuizada após o advento da nova Constituição que preceitua prescrição qüinqüenal.
b) O prazo da prescrição era o bienal e o "dies a quo" e de acerto de contas: 20.02.88.
c) Não transcorreu o prazo prescricional porque com a integração do período de férias o "dies a quo" para início da contagem da prescrição era 20.03.88.
d) Em se cuidando de mulher grávida, a prescrição se interrompe desde a confirmação da gravidez, iniciando a contagem no dia seguinte ao nascimento.

52) Em se tratando de atleta profissional (jogador de futebol) é correto dizer:
a) O contrato escrito é da substância do ato e não poderá o atleta ajuizar ação na Justiça do Trabalho antes de esgotadas as instâncias da justiça desportiva, salvo se estas, decorridos 60 dias, nada resolverem.
b) O contrato deverá ser escrito. Todavia, o atleta poderá louvar-se ou não na justiça desportiva para resolver suas pendências, antes de ajuizar ação trabalhista, desde que não se cuida de matéria disciplinar.
c) O contrato poderá ser ou não escrito já que de fácil comprovação. Mas não poderá ajuizar ação trabalhista antes de tentar composição com o Clube através das instâncias da justiça desportiva.
d) O contrato é "ad probationem" e as partes estão obrigadas a ouvir o pronunciamento da justiça desportiva, que se constitui em condição especial para o ajuizamento da ação trabalhista. A instância desportiva interrompe a prescrição para todos os efeitos legais.

53) "A" fora contratado pela empresa "Y", mediante contrato escrito, para trabalhar em lugar insalubre, devendo cumprir jornada de dez (10) horas. A empresa está devidamente registrada, fornece "equipamento de proteção individual" e vem pagando corretamente o adicional respectivo de insalubridade. Pergunta-se: o trabalhador poderá descumprir o contrato e negar-se a trabalhar em jornada extraordinária, tendo em vista a insalubridade, sem incorrer em "justa causa" para o despedimento? As horas extras até então foram corretamente pagas.
a) Não. Deverá cumprir aquilo que restou pactuado entre as partes.
b) Não. O motivo alegado não seria justo. Se trabalha 8 horas em ambiente insalubre, por que não poderia trabalhar mais duas horas extras?
c) Sim. Porque não está obrigado a cumprir cláusula que lhe seja prejudicial (art. 468 CLT).
d) Sim. Porque em atividade insalubre a prorrogação de jornada somente poderá ser feita mediante prévia licença de autoridade competente.

54) O empregado resolveu conceder aviso prévio ao empregador para retirar-se do emprego, decorridos trinta dias. O empregador resolveu que o empregado não deveria trabalhar a partir do dia imediato ao aviso prévio, colocando outro empregado para desenvolver os trabalhos do empregado retirante. Indicar alternativa, sabendo-se que o empregado não havia conseguido outro emprego.
a) A atitude do empregador está contida no seu poder de comando.
b) A atitude é arbitrária, vez que o aviso prévio é irrenunciável.
c) A atitude seria correta se o trabalhador houvesse comprovado perante o empregador que já havia conseguido outro emprego.
d) A atitude é arbitrária, o aviso prévio é irrenunciável, pouco importando tenha ou não conseguido novo emprego.

55) O empregado "A" passou a exercer as mesmas funções técnicas que eram exercidas pelo empregado "B", ora aposentado. Restou provado que "A" exerce as funções com grau máximo de produtividade e de perfeição técnica e que o empregado "B", seu antecessor, permaneceu no cargo por período inferior a dois anos. Dispensado sem justa causa, o empregado "A" promove ação contra a empresa pleiteando equiparação salarial. Indicar alternativa.
a) A equiparação salarial somente seria possível com permanência de ambos no emprego.
b) Presentes os requisitos para a equiparação.

c) É de substituição.
d) Ausentes os requisitos para a equiparação.

56) Empregado rural, desenvolvendo função com características de intermitência, fora contratado sob a condição de que o intervalo entre uma e outra parte da execução da tarefa diária não fossem levados em conta como trabalho efetivo, condição que restou expressamente da Carteira de Trabalho. Indicar alternativa correta.
a) A contratação é ilegal, em se tratando de rural.
b) A contratação é legal, em se tratando de rural.
c) A contratação é legal por força do contratado.
d) A contratação é ilegal. As clausulas prejudiciais, ainda que obtidas com a concordância do trabalhador não têm nenhum efeito.

57) Com o objetivo de preencher vaga em função de aposentadoria do empregado "A" (aposentadoria provisória por invalidez), a empresa contratou o empregado "B" para a função. Na mesma oportunidade deixou claro que se o empregado "A" recuperasse a capacidade laborativa seria integrado à função e "B" seria dispensado sem qualquer indenização. O pacto fora aceito e "B" trabalhou durante três anos e sete meses, quando então "A" retornou à função por haver recuperado a capacidade laborativa. Sabendo-se que "B" não havia optado pelo FGTS, indicar a alternativa correta.
a) O pactuado é perfeitamente legal.
b) O pactuado é possível contratualmente (pacta sunt servanda).
c) O pactuado é ilegal face às normas trabalhistas.
d) O pactuado é nulo face aos preceito dos arts. 9º e 468 da CLT.

58) Uma empresa, logo após o advento da nova Carta Política, procurando adiantar-se ao legislador, passou a dar participação nos lucros para os seus empregados. Em tendo os seus empregados participado nos lucros nos últimos dois anos, indicar a alternativa correta.
a) O valor recebido deverá ser acrescido à remuneração com incidência sobre demais verbas contratuais.
b) O valor se agregará à remuneração com incidência somente sobre as verbas aleatórias, não sobre verbas fixas pagas mensalmente.
c) O valor pago não comporá a remuneração porque pago por mera liberalidade, já que se cuida de norma programática prevista na Constituição.
d) O valor não comporá a remuneração para nenhum efeito conforme previsão constitucional.

59) Empregado foi despedido sem justa causa e o empregador indenizou o aviso prévio. Durante a vigência do aviso prévio indenizado o empregado adoeceu e ficou sob égide da Previdência por 25 dias.
a) Deverá a empresa efetuar o pagamento do salário dos primeiros quinze dias.
b) A empresa não é obrigada a pagar salário dos primeiros quinze dias.
c) A obrigação de pagamento é da Previdência.
d) A empresa deverá efetuar o pagamento de salário dos 15 dias porque o empregado se encontra em cumprimento de aviso prévio e o contrato suspenso.

60) Serviço Ferroviário. Remuneração do extranumerário que se apresenta normalmente ao serviço.
a) Tem direito a receber todo o período que estava à disposição, embora não tenha trabalhado.
b) Só receberá aqueles dias que efetivamente trabalhar, embora tenha ficado à disposição.
c) Receberá apenas 1/3 do período que esteve à disposição mas não trabalhou.
d) Receberá apenas 2/3 do período que esteve à disposição mas não trabalhou.

PROCESSO DO TRABALHO

61) Empregado celetista contratado por autarquia estadual em regime de liquidação extrajudicial e que está sob a intervenção do Banco Central. Indicar a hipótese correta:
a) A competência é da Justiça Estadual devendo o Banco Central figurar na lide na qualidade de litisconsórcio necessário.
b) A competência é da Justiça do Trabalho.
c) A competência é da Justiça Federal Comum.
d) Pela nova Constituição a contratação de celetista por autarquia pública é de nenhum efeito. E em sendo estatutário, a competência é da Justiça Estadual.

62) O advogado elaborou defesa e determinou que o preposto a entregasse por ocasião da audiência inaugural, mas não juntou procuração. Sucumbente a empresa, o advogado recorreu no prazo hábil, mas o recurso não foi processado sob o argumento de que o subscritor do recurso não tinha procuração nos autos. Indicar hipótese correta.
a) Desnecessária procuração escrita já que a parte tinha o jus postulandi.
b) Em tendo assinado a defesa o advogado era detentor de procuração tácita.
c) Ausentes os requisitos da procuração tácita correto o não processamento.
d) A procuração tácita só tem cabimento em hipóteses excepcionais.

63) Dissídio Coletivo. Competência territorial.
a) É relativa e se prorroga se não alegada na primeira oportunidade.
b) É absoluta e pode ser invocada a qualquer momento pelas partes e de ofício pelo juiz.
c) É relativa e poderá ser invocada pelo juiz e pelas partes.
d) É relativa, mas se invocada por uma das partes não poderá ser contestada pela parte adversa.

64) Diz o CPC, subsidiariamente aplicável ao processo trabalhista, que após decorrido o prazo para a resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. Em sendo o réu revel, indicar a hipótese correta.
a) Decorrido o prazo, se o reclamado for revel não haverá impedimento para a desistência.
b) Se a revelia for tão somente sobre matéria de direito não poderá desistir, porque caberá ao juiz dizer o direito (princípio da indisponibilidade).
c) Se a revelia atingir somente matéria de fato poderá desistir com a concordância do juízo.
d) Decorrido o prazo, revel o reclamado, poderá a parte desistir mesmo depois de ganhar a ação.

65) Uma das Juntas de São Paulo depreca para comarca onde funciona Juiz de Direito com jurisdição trabalhista e solicita que seja penhorado bem de um dos sócios da empresa "A", cujo fundo de comércio desapareceu. Embora formalmente perfeita a Carta Precatória o Juiz de Direito nega-se ao cumprimento sob o argumento de que o bem do sócio não poderá ser penhorado, ponderando que se cuida de um sociedade de "responsabilidade limitada". Indicar a alternativa correta.
a) O juízo deprecante representará contra o juízo deprecado, posto que a recusa é ilegal.
b) O juízo deprecado não está obrigado a cumprir a precatória porque cometeria ilegalidade.
c) O juízo deprecante comunicará o caso à Corregedoria Regional e esta se comunicará com a Corregedoria da Justiça Comum, posto que a recusa é indevida.
d) A parte interessada agravará de petição ao Regional.

66) O empregado "A" ajuíza reclamatória contra a empresa "X", firma individual, cujo titular tornou-se incapaz e não tem representante legal. Nomeado curador especial pelo juízo este comparece e não apresenta contestação específica dos atos alinhados na inicial, consoante dispõe o art. 300 do CPC. Indicar a alternativa correta.
a) Não se admite a defesa por negativa geral.
b) No processo do trabalho, menos formalista, é admissível a contestação por negativa geral. A contestação, ainda que genérica, demonstra o "animus defendendi".
c) A regra da impugnação específica é excepcionada para o curador especial.
d) A defesa deverá obedecer a forma especificada ainda que se cuide de curador especial, pena de tratamento diferenciado às partes com malferimento do art. 125 do CPC.

67) A empresa "Y", entidade de direito público estadual, ajuíza ação rescisória sob o fundamento de que o juízo teria agido contra literal disposição de lei (art. 485, V, CPC) quando deixou de recorrer de ofício nos termos do DL.779/69. Indicar a alternativa correta sabendo-se que a matéria não fora prequestionada via embargos declaratórios.
a) A rescisória é incabível porque a matéria não fora prequestionada. Em assim sendo não há falar em violação à literal disposição de lei.
b) Não existe recurso de ofício, mas duplo grau de jurisdição. A rescisória não pode fazer as vezes de recurso. É incabível.
c) A rescisória não exige prequestionamento. Cabível, pois.
d) Incabível a rescisória por ausente um dos pressupostos de admissibilidade específico.

68) "A" ajuíza reclamatória contra as empresas "J", "K" e "Y", participantes do mesmo grupo econômico, com o objetivo de que fosse decretada a equiparação salarial, sob a alegação de que exercia as mesmas funções do paradigma "D" . Declara, ainda, que o contrato fora mantido com a empresa "J" e que as demais são solidarias por pertencerem ao mesmo grupo. Citadas, compareceram as empresas "K" e "Y" que apresentaram defesa invocando ilegitimidade de parte "ad causam" passiva por não serem empregadoras do autor, ao mesmo tempo em que impugnaram a pretensão sob o argumento de que o paradigma indicado exercia funcão diversa do autor. A empresa "J", empregadora, fora considerada revel e confessa por não ter comparecido. O autor requereu o encerramento da instrução o que foi feito com a concordância das empresas "K" e "Y". Indicar a alternativa correta:
a) A revelia da empresa "J" atinge as demais empresas do grupo e a ação será procedente.
b) A ação será procedente quanto ao revel e improcedente quanto aos demais.
c) A ação será julgada procedente em função da revelia da empresa "J" e pela ausência de provas pelas empresas "K" e "Y".
d) A ação será julgada improcedente, porque a revelia restou neutralizada pelas defesas das empresas "K" e "Y" e porque a prova era do autor.

69) "A" move ação contra "B". A citação fora enviada para endereço incorreto. Não comparecendo à audiência para conciliar ou apresentar defesa foi "B" considerado revel. Para o mesmo endereço fora enviada a intimação da sentença, ocasião em que a correspondência foi devolvida, considerando-se o intimado nos termos do art. 39, parágrafo único do CPC. E somente por ocasião da penhora é que "B" tomou conhecimento da ação. Indicar a alternativa correta:
a) Deverá garantir o juizo e embargar. Nessa ocasião deverá pleitear a nulidade do julgado nos termos do art. 741, inciso I, do CPC.
b) Deverá, desde logo, usar do agravo de petição para que o tribunal anule o julgado, reabra a instrução e lhe dê oportunidade de defesa.
c) Nesse caso, mesmo estando o processo em fase executória, o recurso cabível é o Recurso Ordinário.
d) Somente através de ação rescisória a sentença poderá ser anulada por vício de citação (art. 485, V, CPC), com ofensa a literal disposição de lei.

70) Tem-se pela lei de falência (art. 61) que a função do síndico é indelegável. E o art. 12, inciso III, do CPC preceitua expressamente que a massa falida é representada pelo síndico ativa e passivamente. Em ação trabalhista movida contra a massa falida, o síndico não compareceu, comparecendo apenas advogado da massa falida com poderes delegados. A falida foi considerada revel. Indicar a alternativa correta:
a) Correta a revelia. O síndico deve comparecer à audiência acompanhado do advogado da massa falida, pois somente o síndico poderá prestar depoimento.
b) Incorreta a revelia. O síndico pode delegar poderes ao advogado para representar a massa e para confessar.
c) O juiz deveria receber a defesa e aplicar a pena de confissão, vez que demonstrado o "animus" de defesa.
d) A ausência do síndico é possível, desde que presente o advogado da massa falida.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

71) Imóvel situado em mais de uma comarca. Como se determinará a competência?
a) a competência dar-se-á pelo "foro rei citae".
b) a competência se dará pela prevenção que se estenderá sobre a totalidade do imovel.
c) a competência será daquela comarca onde está situada a maior parte do imóvel. Se iguais, a competência decidir-se-á pela comarca mais antiga.
d) A competência em casos tais será do Tribunal a que pertencerem as comarcas.

72) Prova. Juiz da causa convocado como testemunha por uma das partes e que tenha realmente conhecimento dos fatos que poderão influir na decisão.
a) Dar-se-á por impedido e transferirá a presidência para o substituto legal, sendo impedido também para depor.
b) O fato de ter conhecimento dos fatos que envolvem o julgamento não o torna só por isso impedido.
c) Poderá dar-se por impedido por motivo de foro íntimo, mas não testemunhará.

d) Dar-se-á por impedido, transferirá a presidência para o substituto legal e não poderá escusar-se de depor.

73) Vários devedores respondem solidariamente por uma dívida. Não paga a dívida no vencimento, o credor exigiu o pagamento através de ação dirigida contra aquele devedor que lhe pareceu mais idôneo economicamente. Indicar a hipótese correta para que na mesma ação o juízo declare a responsabilidade dos demais devedores.
a) Poderá a qualquer momento requerer ao juízo que convoque os demais devedores solidários como litisconsortes necessários.
b) Deverá requerer, por ocasião da defesa, o chamamento ao processo dos demais devedores solidários.
c) Deverá requerer, no prazo de defesa, a denunciação à lide.
d) Poderá, até o encerramento da instrução, requerer seja procedida a nomeação à autoria dos demais devedores.

74) Em liquidação de sentença, o levantamento pericial levado a efeito apurou "quantum" superior ao devido por haver, por evidente erro, usado índice superior ao correto. Dada vistas às partes, ambas concordaram com os cálculos. Citada para o pagamento ou para oferecer bens à penhora, a empresa garantiu o juízo e embargou, alegando a existência de "erro material" e pediu que o juízo procedesse à correção. Não teve sucesso. Apelou da sentença, mas o Tribunal confirmou a decisão de primeiro grau. Ao proceder à execução constatou o juízo que realmente tinha havido erro material e determinou o acertamento de ofício. Indicar a alternativa correta:
a) Correto o procedimento em se cuidando de evidente erro material, mesmo após o trânsito em julgado.
b) O juízo não pode agir de ofício, mesmo em se cuidando de erro material.
c) O erro material não transita em julgado, logo o juízo agiu corretamente.
d) A matéria somente poderá ser reapreciada através de ação rescisória.

75) Em sendo revel, indicar a hipótese correta.
a) não será intimado dos demais atos, não mais havendo a contagem do prazo.
b) O prazo passará a ser contado da vinda do revel ao processo.
c) Mesmo revel, o prazo será sempre contado e intimado.
d) O prazo continuará apenas a ser contado.

76) Em sendo o título extrajudicial de força executiva, indicar a alternativa correta quando proveniente de país estrangeiro.
a) Poderá ser executado sem qualquer formalidade.
b) Não poderá ser executado sem a homologação do STF.
c) Poderá ser executado sem a homologação do STF mas deverá satisfazer os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar da celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação.
d) Existem todas as formalidades do item "c" mais a homologação do STF.

77) Do impedimento e da suspeição. Juiz.
a) Impedimento e a suspeição têm natureza jurídica relativa e em não sendo argüidos no prazo tornam-se preclusos.
b) A suspeição tem natureza jurídica relativa e o impedimento absoluta. A suspeição tem prazo para a argüição e o impedimento poderá ser alegado a qualquer tempo.
c) A suspeição tem natureza jurídica absoluta e o impedimento tem natureza relativa. A exceção poderá ser alegada a qualquer momento ou de ofício pelo juízo. O impedimento se não alegado na primeira oportunidade deságua na preclusão.
d) Ambos, suspeição e impedimento, têm natureza jurídica absoluta, a exemplo da incompetência absoluta, podendo ser invocada pelo juiz ou pela parte em qualquer momento processual ou grau de jurisdição.

78) "A" promove ação contra "B" e ao mesmo tempo denuncia à lide "C". Indicar a alternativa correta de procedimento processual que se desenvolverá.
a) Ambos serão citados (réu e denunciado), devendo o réu apresentar defesa e o denunciante integrará a lide como litisconsórcio.
b) O processo será suspenso para que o denunciado adite a inicial, querendo. Somente após o réu será citado para defender-se.
c) O denunciado não poderá aditar o pedido inicial, posto que defeso. O réu no mesmo prazo apresentará defesa ou será tido como revel.
d) Será citado o réu para apresentar defesa. Após o conhecimento do pedido inicial e da defesa o denunciado será citado para o que de direito.

79) Sucumbente na ação, a parte não se socorre do recurso voluntário. O Ministério Público recorre na qualidade de custos legis, ocasião em que a parte sucumbente recorre adesivamente em tempo hábil. Indicar a alternativa correta.

a) O recurso adesivo é incabível em tais circunstâncias.
b) O recurso adesivo é incabível face à preclusão temporal.
c) O recurso adesivo é cabível nos termos legais.
d) Cabível o recurso adesivo que no caso substituirá plenamente o recurso voluntário que por algum motivo a parte não utilizou, não havendo falar em preclusão.

80) Através de ação cautelar fora alegada e acolhida a prescrição e determinado o arquivamento da ação principal, onde seria discutida a matéria de fundo. A parte inconformada recorreu de ambas as decisões, mas o recurso não fora processado por intempestivo. Ajuizou em prazo hábil ação rescisória para rescindir a decisão proferida na ação cautelar. Indicar a alternativa correta.
a) A decisão em sede cautelar fez coisa julgada e cabível a rescisória.
b) A decisão em sede cautelar não transita em julgado e, portanto, incabível a rescisória.
c) Em se cuidando de preclusão "pro iudicato" cabível é a ação anulatória.
d) A rescisória é cabível em havendo trânsito em julgado formal somente ou formal e material.

DIREITO CIVIL

81) "A" é devedor de "B" por dívida líquida, mas é credor do mesmo por dívida ilíquida. Indicar a hipótese correta.
a) Não poderá alegar a compensação.
b) Poderá invocar a compensação.
c) Deverá usar da reconvenção.
d) Reconvenção e a compensação.

82) Responsabilidade do magistrado que agir com dolo ou fraude.
a) A parte promoverá a responsabilidade direta do magistrado.
b) A parte deverá acionar o tribunal ao qual está afeta a base territorial a que pertença o juiz.
c) A parte deverá acionar o Estado ou a União, conforme o caso. E o Estado ou a União, em sendo condenado, poderá voltar-se regressivamente contra o magistrado.
d) O magistrado não responde civilmente quando no exercício de função judicante, posto que estará nas vestes de Estado-Juiz.

83) "A" aliena a "B" um veículo e convenciona, nos termos da lei civil, que não responderá pela evicção, ficando essa responsabilidade expressamente excluída. Todavia "A" vem a perder o veículo judicialmente, vez que havia uma ação reivindicatória ajuizada antes de adquirir o veículo de "B". Indicar a alternativa correta:
a) "B" responderá pela evicção porque esta é uma conseqüência lógica daquele que transfere algo que diz ser de sua propriedade.
b) "B" não responderá pela evicção face ao que dispõe o princípio da "pacta sunt servanda".
c) "B" responderá pela evicção porque não deu conhecimento a "A" da existência da ação reivindicatória.
d) "B" não responderá pela evicção tendo em conta o princípio contido na "rebus sic stantibus".

DIREITO COMERCIAL

84) Sócio de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sem autorização dos demais sócios, admitiu sócio na sua cota parte através de escritura particular com registro no Cartório de Títulos e documentos. Indicar a alternativa correta.
a) a transação levada a efeito pelo sócio é nula posto que afronta ao direito de preferência.
b) a transação é correta.
c) Em sendo patrimônio do sócio, poderá ceder total ou parcialmente a sua conta sem necessidade de consentimento dos demais sócios.
d) a previsão legal possibilita a exclusão do sócio da sociedade. A prevalecer a situação, o terceiro cessionário seria também sócio e dever-se-ia averbar a modificação na Junta Comercial para conhecimento de terceiros (princípio da transparência).

85) "A" é credor de "B" com garantia de segunda hipoteca. Sabe-se que há dívida também garantida por primeira hipoteca e que somente vencerá dentro de 90

dias. Vencida a dívida o devedor não pagou. Indicar a alternativa correta:

a) "A" poderá executar a sua dívida imediatamente, desde que o valor real do bem seja suficiente em tese para o pagamento de ambas as dívidas.
b) "A" pode promover a execução, vez que a penhora do bem determinará o vencimento da dívida garantida por primeira hipoteca e ambos receberão os seus valores.
c) Com o vencimento da dívida e o não pagamento "A" tem legítimo interesse para executar "B", fazendo valer a sua garantia real.
d) "A" não poderá executar a sua dívida antes do vencimento da dívida garantida por primeira hipoteca, salvo se advier a insolvência do devedor.

86) O Sindicato da categoria ajuizou ação plúrima contra a empresa "Y" a qual teve sua falência decretada e nomeação do síndico. A sentença proferida condenou parcialmente a falida. O falido pediu a sua inclusão no pólo passivo da lide como assistente litisconsorcial. O síndico não recorreu. O autor da lide recorreu. E o litisconsorte recorreu adesivamente. Sabendo-se que pela Lei das Falências (art. 40) o falido perde a administração dos seus negócios, indicar a alternativa correta.

a) Em perdendo a administração dos seus negócios, o falido não pode participar como assistente litisconsorcial, vez que o síndico não é parte, mas representante legal da massa falida.
b) A assistência litisconsorcial é possível e poderá o falido recorrer voluntária ou adesivamente.
c) O falido poderá participar como assistente litisconsorcial mas não poderá recorrer. Ao perder a administração dos seus negócios, a massa falida passou a ser administrada pelo Síndico que representa o juízo universal da falência.
d) Nenhuma das alternativas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

87) "A" propôs acão popular contra o Prefeito de São Paulo a qual fora julgada improcedente por deficiência de prova. Não recorreu da sentença. Decorridos dois anos e meio "A" ajuizou ação rescisória com o objetivo de rescindir o acórdão respaldado em "documento novo", ao mesmo tempo em que pleiteou novo julgamento. Indicar alternativa correta.

a) Existe a coisa julgada, mas decorreu o período decadencial.
b) A rescisória é incabível.
c) A rescisória é incabível porque a parte não usou de todos os recursos. E rescisória não é supedâneo de recurso.
d) Em se cuidando de interesse público, que é o exigido na ação popular, não há falar em prazo decadencial.

88) Deferida aposentadoria de Juiz Classista pelo Tribunal Regional do Trabalho, fora enviado ao Tribunal de Contas da União ofício com cópia de todo o processado. O TCU recambiou o processado e aconselhou a inclusão de determinada vantagem em favor do aposentado e com a qual não concordou o Regional, negando-se a alterar a aposentadoria. Face ao impasse o Regional suscitou conflito de jurisdição perante o STF. Indicar alternativa correta.

a) O conflito deveria ser suscitado pelo "TST" que é o órgão de cúpula da Justiça do Trabalho e está na mesma horizontalidade do "TCU".
b) Não existe conflito de jurisdição.
c) O conflito existe e foi ccrretamente suscitado pelo Regional junto ao STF.
d) Nenhuma das alternativas.

89) A Ação Popular é instrumento próprio para se pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público aí incluídos órgãos de administração direta e indireta. Pergunta-se quem estaria legitimado para propor a ação:

a) qualquer pessoa física residente no país.
b) somente a pessoa física que comprovar a sua condição de eleitor.
c) toda e qualquer pessoa física ou jurídica.
d) somente os brasileiros natos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

90) Sindicato recém organizado, dois meses depois da sua instituição impetra mandado de segurança coletivo para defender interesses dos seus associados e não associados.
a) O Sindicato não tem legitimidade para representar não associados.
b) O sindicato não tem legitimidade para interpor MS Coletivo.
c) O sindicato tem legitimidade mas lhe falta um requisito.
d) A legimitidade é somente das Confederações.

91) Estrangeiro. Extradição. Casado com brasileira ou que tem filho brasileiro.
a) A extradição é possível.
b) Impossível a extradição, se casado com brasileira.
c) Impossível a extradição, se tiver filho brasileiro.
d) Impossível a extradição, se for casado com brasileira e possuir também filho brasileiro que dependa da economia paterna.

92) Associação de classe ajuizou em favor dos seus associados mandado de injunção com o objetivo de assegurar o pagamento de determinado benefício. Fê-lo, todavia, depois de decorrido um (01) ano do pedido administrativamente formulado. Indicar a alternativa correta.
a) O prazo é decadencial de 120 dias a exemplo do mandado de segurança.
b) O prazo é decadencial de 2 anos a exemplo do que sucede com a ação rescisória.
c) O prazo é de prescrição das ações pessoais.
d) Não existe prazo para o ajuizamento da injunção.

93) Serviço de radiodifusão. Cancelamento antes de vencido o prazo.
a) Deverá ser feito por 2/5 do Congresso.
b) Pelo Executivo com o referendo de 2/5 do Congresso.
c) Pelo Poder Executivo.
d) Pelo Poder Judiciário.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

94) Brasileiro civil que trabalha para a União no exterior em organismo internacional do qual o Brasil é membro efetivo, mas domiciliado e contratado no exterior, terá direito à Previdência Social.
a) Contratado no exterior será segurado obrigatório no país em que fora contratado (lex loci executionis).
b) Contratado e residente no exterior será segurado obrigatório do país em que reside (locus regit actum).
c) Será segurado obrigatório da Previdência Social no Brasil, salvo se segurado no país de domicílio.
d) Será facultado ser segurado no país em que mantém residência ou no que mantem domicílio.

95) Empregado foi acidentado quando, após o término da jornada de trabalho, retornava para a sua residência. Sabe-se que a empresa fornece condução própria de ida e volta. Mas naquele dia o trabalhador resolveu usar da sua condução própria.
a) O fato de estar usando veículo próprio não desnatura o acidente de trabalho.
b) O uso de veículo próprio para retorno quando a empresa oferece condução própria desnatura o acidente de trabalho.
c) Não há falar em acidente após o término da jornada e retirada do ambiente de trabalho.
d) O auxílio acidente é devido a todo empregado desde a saída da sua residência pela manhã até o retorno à noite, pouco importando a espécie de condução própria ou alheia, exceção feita ao doméstico.

96) A empresa "X" resolve majorar o "salário família" dos seus empregados em parâmetro superior ao permitido por lei. Conseqüências com vistas ao FGTS.
a) Nula a majoração.
b) A majoração é possível mas sem qualquer reflexo no FGTS posto que "salário família" não é salário.
c) Haverá a incidência integral sobre o FGTS, pois que a majoração dá à verba a natureza salarial.
d) Haverá incidência somente sobre aquela parcela que ultrapassar o limite legal.

97) O empregado "A" foi contratado pela empresa "Y" mediante cláusula especial de "licença remunerada", quando receberia a mesma remuneração como se trabalhando estivesse. Durante esse período de licença remunerada o empregado é colocado em auxílio doença. Indicar resposta correta.
a) Sem valor a cláusula em face do auxílio-doença.
b) A previdência cumprirá o avençado, já que vinha recolhendo sobre o valor máximo.
c) O empregador efetuará a complementação.
d) O empregador efetuará a complementação somente nos primeiros 15 dias.

98) Durante o período de doze meses o empregado em várias oportunidades ficou sob a égide da Previdência Social, por períodos nunca superiores a quinze (15) dias, recebendo prestações quer por acidente, quer por auxílio-doença. A soma de todos os períodos ultrapassam a seis (06) meses. O patrão nega-se a conceder férias do período em que esteve acidentado ou doente. Indicar a alternativa correta.
a) Tem direito, porque os períodos inferiores a 15 dias de faltas por acidente ou doença são de responsabilidade da empresa.
b) O acidente ou a doença são acontecimentos não queridos pelo trabalhador e que não podem lhe acarretar a perda de férias.
c) Somente o pagamento pela Previdência por mais de seis meses contínuos resulta na perda das férias.
d) O recebimento de prestações através da Previdência, por acidente ou doença por mais de seis meses, ainda que os períodos sejam descontínuos, acarreta a perda de férias.

DIREITO PENAL

99) Indivíduo sofre violência psíquica ao ser ameaçado por arma de fantasia, mas que acreditava ser verdadeira e tem o seu veículo levado por assaltante.
a) O delito é de furto.
b) O crime é de roubo, mas sem a qualificadora de "emprego de arma".
c) Trata-se de crime impossível face à ineficácia do meio utilizado.
d) O crime é de roubo, com a qualificadora de "emprego de arma".

100) Atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio das associações ou entidades sindicais constituem crime de:
a) Peculato.
b) Apropriação indébita.
c) Roubo.
d) Furto.